



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Concurso Público 2014

Prova escrita objetiva e discursiva – Nível Superior

Analista Judiciário Especialidade Execução de Mandados

TIPO 4 – AZUL

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - este caderno de provas, contendo 70 questões objetivas e 2 questões discursivas;
 - uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
 - uma folha de textos definitivos destinada às questões discursivas.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição ou falhas, com **05 (cinco)** alternativas de resposta (A, B, C, D e E) para cada questão objetiva. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva e a folha de textos definitivos das questões discursivas você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade.
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo das questões discursivas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva e na folha de textos definitivos das questões discursivas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **04h30 (quatro horas e trinta minutos)**, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição do texto definitivo das questões discursivas.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridos **noventa minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas da prova objetiva e a folha de textos definitivos das questões discursivas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **16/12/2014**, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjrj.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **17/12/2014** até as 23h59 do dia **18/12/2014**, observado o horário oficial, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjrj, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Grupo I - Língua Portuguesa

TEXTO 1 – CONSTRUIR A REALIDADE

José Antonio Marina

Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito. Se um problema atravessa nossas vidas, nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres, pois há limitações e dificuldades de atuar. Ficamos em uma rua sem saída.

Felizmente, a inteligência nos permite encontrar soluções e nos possibilita criar alternativas. O pensamento liberta! Não nos contentamos em conhecer, não nos basta possuir, não somos seres passivos. Nossos projetos buscam conectar-se à realidade e ampliá-la. Por exemplo, milhares de pessoas leem livros de autoajuda, pois desejam mudar sua própria realidade, ainda que os resultados sejam pequenos. Então, por que continuam lendo? Porque a simples ideia de que “se pode” mudar enche o coração de esperança.

Em muitas ocasiões, nos sentimos presos à realidade, sem poder agir, limitados pelas contingências da vida. Felizmente, a inteligência nos diz que, dentro de certos limites – a morte é um deles -, a realidade não está totalmente decidida; está esperando que acabemos de defini-la. A realidade não é bela nem feia, nem justa nem injusta, nem exultante nem deprimente, não há maniqueísmo. A vida é um conjunto de possibilidades que devem ser construídas. Por isso, nada é definitivo, tudo está por vir. As coisas adquirem propriedades novas quando vamos em direção a elas com novos projetos.

Observemos essa explosão do real em múltiplas possibilidades. Cada coisa é uma fonte de ocorrências, cada ponto se converte na intersecção de infinitas retas, ou de infinitos caminhos. Cada vez mais se desfazem os limites entre o natural e o artificial.

1

“Observemos essa explosão do real em múltiplas possibilidades”; no contexto em que está inserido (texto 1), o segmento tem função de:

- (A) ordem;
- (B) conselho;
- (C) advertência;
- (D) apelo;
- (E) ironia.

2

“Se um problema atravessa nossas vidas, / nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres”; o segundo segmento desse trecho do texto 1, em relação ao primeiro, funciona como sua:

- (A) explicação;
- (B) conclusão;
- (C) condição;
- (D) consequência;
- (E) concessão.

3

Ao dizer que “Ficamos em uma rua sem saída”, no final do primeiro parágrafo, o autor do texto 1 se refere:

- (A) à demorada procura da solução de um problema;
- (B) ao surgimento de um problema em nosso caminho;
- (C) à incapacidade de agirmos livremente;
- (D) ao encontro de limitações e dificuldades;
- (E) à possibilidade de descobrir um caminho.

4

“Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito.”

Nesse primeiro período do texto 1, o autor resume um projeto de vida para o homem; nesse projeto, o único elemento inadequadamente definido é:

- (A) agentes da ação: o autor e seus leitores;
- (B) motivação da ação: desejo de viver livremente;
- (C) ação: construção de caminhos;
- (D) finalidade da ação: alcançar a liberdade;
- (E) meio da ação: procurar construir caminhos.

5

A frase do texto 1 que se encontra na voz passiva é:

- (A) “nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres”;
- (B) “não nos basta possuir”;
- (C) “então, por que continuam lendo?”;
- (D) “nos sentimos presos à realidade”;
- (E) “cada vez mais se desfazem os limites”.

6

“As coisas adquirem propriedades novas quando vamos em direção a elas com novos projetos”; o termo que equivale exatamente ao segmento sublinhado é:

- (A) ao encontro delas;
- (B) de encontro a elas;
- (C) junto delas;
- (D) em companhia delas;
- (E) contra elas.

7

Na frase “Todos queremos viver em liberdade”, o exemplo de concordância verbal em “Todos queremos” se repete na seguinte frase:

- (A) Não são criativos todos os brasileiros;
- (B) Os candidatos estamos preocupados com a prova;
- (C) V. Ex^a. parece entristecido;
- (D) Todos nós desejamos a liberdade;
- (E) A gente não deseja mais viver.

8

“procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito”; a forma adequada da transformação da oração reduzida sublinhada em oração desenvolvida é:

- (A) para o alcance desse propósito;
- (B) para que alcançássemos esse propósito;
- (C) para alcançarmos esse propósito;
- (D) para que alcancemos esse propósito;
- (E) para que esse propósito fosse alcançado.

9

O título dado ao texto 1 é “construir a realidade”; o segmento do texto que se liga diretamente a esse título é:

- (A) “O pensamento liberta!”;
- (B) “Por exemplo, milhares de pessoas leem livros de autoajuda”;
- (C) “Em muitas ocasiões, nos sentimos presos à realidade”;
- (D) “A vida é um conjunto de possibilidades”;
- (E) “Nossos projetos buscam conectar-se à realidade”.

10

“Felizmente, a inteligência permite encontrar soluções e nos possibilita criar alternativas”; a forma de reescrever-se o segmento sublinhado que respeita o paralelismo sintático é:

- (A) permite o encontro de soluções e nos possibilita que criemos alternativas;
- (B) permite o encontro de soluções e a possibilidade de criação de alternativas;
- (C) permite que encontremos soluções e nos possibilita que criemos alternativas;
- (D) permite que encontremos soluções e nos possibilita a criação de alternativas;
- (E) permite o encontro de soluções e a possibilidade de criarmos alternativas.

11

“Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito. Se um problema atravessa nossas vidas, nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres, pois há limitações e dificuldades de atuar. Ficamos em uma rua sem saída.”

A inversão de termos em uma das frases desse primeiro parágrafo do texto 1 que se torna inadequada por modificar o sentido original é:

- (A) todos queremos viver em liberdade / todos queremos em liberdade viver;
- (B) procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito / para alcançar esse propósito procuramos construir caminhos;
- (C) se um problema atravessa nossas vidas / se um problema nossas vidas atravessa;
- (D) nos sentimos impossibilitados / sentimo-nos impossibilitados;
- (E) ficamos em uma rua sem saída / ficamos sem saída em uma rua.

12

“A realidade não é bela nem feia, nem justa nem injusta, nem exultante nem deprimente, não há maniqueísmo.”

O par de palavras abaixo que obedece ao mesmo padrão dos adjetivos (bela/feia, justa/injusta, exultante/deprimente) no segmento destacado é:

- (A) transferido/mantido;
- (B) inédito/desconhecido;
- (C) impávido/orgulhoso;
- (D) eficaz/eficiente;
- (E) habitual/inóspito.

13

“Não nos contentamos em conhecer, / não nos basta possuir, / não somos seres passivos”; nesse trecho do texto 1 há três segmentos destacados e, entre eles, as conjunções adequadas seriam:

- (A) mas – já que;
- (B) e – pois;
- (C) pois – e;
- (D) já que – logo;
- (E) porém – dado que.

TEXTO 2 – A REALIDADE PERCEBIDA PELOS ANIMAIS

É difícil imaginar como pode ser o mundo de um animal considerando que não só sua inteligência, mas também seus sistemas sensoriais são diferentes dos nossos. Todavia, os animais captam estímulos que nós não captamos. O ornitorrinco, por exemplo, percebe com seu bico, parecido com o dos patos, as descargas elétricas produzidas pelos camarões, a um metro de distância. As abelhas percebem as alterações elétricas causadas por uma tempestade distante e voltam para a colmeia; as serpentes detectam o calor de suas vítimas; os morcegos percebem o eco dos sons que lançam.

O biólogo alemão von Uexküll assinalou que cada espécie animal vive em um mundo próprio, ao que chamou *Umwelt*.

14

Segundo o texto 2, as diferentes espécies animais apresentam percepções distintas do mundo porque:

- (A) os animais não captam estímulos que nós captamos;
- (B) sua inteligência e seus sistemas são distintos dos nossos;
- (C) cada espécie vive em um mundo próprio;
- (D) empregam órgãos que nós não possuímos;
- (E) os animais não usam somente a inteligência.

15

“É difícil imaginar como pode ser o mundo de um animal considerando que não só sua inteligência, mas também seus sistemas sensoriais são diferentes dos nossos.”

O comentário adequado sobre os componentes desse segmento do texto 2 é:

- (A) o infinitivo “imaginar” pode ser substituído por “que se imaginasse”;
- (B) o conector “mas também” equivale semanticamente a “porém”;
- (C) os pronomes “sua” e “seus” possuem referenciais diferentes;
- (D) o termo “como” tem valor de interrogativo de modo;
- (E) “difícil”, “animal” e “sensoriais” são exemplos de adjetivos.

16

O último parágrafo do texto 2 é típico de um texto:

- (A) informativo;
- (B) publicitário;
- (C) didático;
- (D) instrucional;
- (E) preditivo.

17

O segundo período do texto 2 se inicia pela conjunção “todavia”; sobre esse emprego, a afirmação correta é:

- (A) pode ser substituída adequadamente por “porém”;
- (B) deve ser alterada para “pois”;
- (C) necessita ser trocada por “embora”;
- (D) pode modificar-se para “logo”;
- (E) deve ser mantida, já que mostra correção.

18

Os exemplos dos animais citados no texto 2 servem para mostrar que os animais:

- (A) são diferentes de nós;
- (B) também possuem inteligência;
- (C) captam estímulos que nós não captamos;
- (D) podem ouvir mais do que os humanos;
- (E) vivem num mundo equilibrado.

19

“O ornitorrinco, por exemplo, percebe com seu bico, parecido com o dos patos, as descargas elétricas produzidas pelos camarões, a um metro de distância. As abelhas percebem as alterações elétricas causadas por uma tempestade distante e voltam para a colmeia; as serpentes detectam o calor de suas vítimas; os morcegos percebem o eco dos sons que lançam.”

O termo que indica corretamente o seu sentido no contexto é:

- (A) com / companhia;
- (B) pelos / meio;
- (C) a / direção;
- (D) por / agente;
- (E) para / finalidade.

20

Os dois textos desta prova mostram um tema em comum:

- (A) o valor da inteligência;
- (B) a luta pela sobrevivência;
- (C) a construção de uma nova realidade;
- (D) a observação de seres vivos;
- (E) as diferenças entre animais e seres humanos.

Grupo II – CODJERJ, Consolidação Normativa e Legislação Complementar

21

Com os olhos voltados à divisão territorial, para fins de administração da Justiça, pode-se afirmar que:

- (A) as comarcas sempre equivalem a um Município;
- (B) as comarcas sempre correspondem a um conjunto de Municípios;
- (C) cada Vara corresponde a uma comarca;
- (D) o distrito será instalado com a posse do Juiz de Paz;
- (E) a região judiciária engloba um conjunto de varas.

22

Na composição, no funcionamento e na competência dos órgãos judiciários de segunda instância, verifica-se que:

- (A) o Desembargador em exercício simultâneo no Órgão Especial e em Câmara isolada terá nesta reduzida a distribuição;
- (B) a Seção Cível é constituída pelos dois desembargadores mais antigos lotados em cada uma das Câmaras Cíveis;
- (C) o Órgão Especial do Tribunal de Justiça é constituído por todos os desembargadores da ativa;
- (D) os Vice-Presidentes são escolhidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça;
- (E) não há Câmaras Especializadas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

23

Em relação aos Juizes de Paz, é correto afirmar que:

- (A) sua função precípua é a de atuar nas comunidades em vias de pacificação;
- (B) têm competência funcional em todo o território do Estado do Rio de Janeiro;
- (C) somente têm competência funcional na capital do Estado do Rio de Janeiro;
- (D) podem ser nomeadas para esses cargos quaisquer pessoas maiores de 25 anos;
- (E) não podem proferir decisão a respeito de controvérsias relativas à habilitação para o casamento.

24

É correto afirmar, em relação à Justiça Militar Estadual, que:

- (A) sua jurisdição está limitada à capital do Estado do Rio de Janeiro;
- (B) o seu órgão de segunda instância é o Tribunal de Justiça;
- (C) compete a ela julgar os policiais militares pela prática de quaisquer crimes;
- (D) o julgamento dos crimes praticados pelos Oficiais das Forças Armadas sempre será realizado pela Auditoria Militar;
- (E) a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças será decidida pelo Juiz Auditor.

25

É correto afirmar, em relação à reclamação, que ela deve:

- (A) individualizar a infração disciplinar praticada pelo Juiz de Direito;
- (B) direcionar-se a qualquer ato praticado por órgão jurisdicional de primeira instância que afronte os interesses do autor;
- (C) ser antecedida de pedido de reconsideração da decisão ou do ato a que se refere;
- (D) ser apresentada antes do decurso do prazo decadencial de seis meses, a contar da publicação do ato que a motivou;
- (E) culminar com a remoção compulsória do Juiz de Direito sempre que identificada inversão da ordem legal do processo, erro de ofício ou abuso de poder.

26

A respeito do Executor de Mandados e de sua atividade funcional, pode-se afirmar que:

- (A) somente pode exercer suas funções junto à Central de Mandados, sendo vedada a atuação perante qualquer outro órgão;
- (B) poderá delegar o cumprimento dos mandados judiciais aos seus colaboradores imediatos, sempre que comprovada a sobrecarga de serviço;
- (C) ao cumprir mandados de prisão, deve certificar sobre a preservação da integridade física do preso;
- (D) deve cumprir os atos processuais no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da disponibilização do mandado regular e válido;
- (E) deve requerer novo prazo ao Corregedor-Geral da Justiça, sempre que estiver incompleto o cumprimento do ato processual.

27

Em relação ao escrivão, é correto afirmar que:

- (A) por tratar-se de função personalíssima, é vedada a sua substituição por outro serventuário do Poder Judiciário que não tenha sido previamente designado escrivão;
- (B) pode ser substituído por qualquer serventuário do Poder Judiciário indicado por ele, independentemente da anuência de qualquer outra autoridade;
- (C) não pode ausentar-se do cartório sem que nele permaneça quem legalmente o substitua;
- (D) não pode indicar servidores, sem prévia aprovação da Corregedoria Geral da Justiça, para operação dos serviços informatizados;
- (E) pode manter processo desarquivado na serventia, sem a devida atualização do andamento no sistema de informática – DCP, desde que certifique as respectivas razões.

28

A partir dos distintos aspectos afetos ao Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) as atribuições dos cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão, bem como a distribuição das vagas, serão descritas em Regulamento;
- (B) é considerado serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro todo titular de cargo de provimento efetivo ou em comissão, criado por lei e remunerado pelo erário estadual;
- (C) as carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária somente são divididas em classes, com áreas distintas de atividade;
- (D) a chefia de serventia judicial de primeira instância é conferida conforme a ordem de classificação no concurso para Analista Judiciário ou Técnico de Atividade Judiciária;
- (E) a chefia de serventia judicial de primeira instância é livremente conferida, pelo Corregedor-Geral da Justiça, ao Analista Judiciário ou Técnico de Atividade judiciária de sua escolha.

29

No âmbito da responsabilidade administrativa dos funcionários públicos civis do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) não é possível que um mesmo fato enseje a responsabilidade do funcionário público nessa esfera e nas instâncias civil e penal;
- (B) não é admitida a aplicação da pena de cassação de aposentadoria, já que a aposentadoria dissolve o vínculo funcional e faz surgir o vínculo previdenciário;
- (C) a pena disciplinar de suspensão não pode superar 30 (trinta) dias corridos, de modo a não comprometer a subsistência do funcionário público e de sua família;
- (D) a destituição de função não tem a natureza jurídica de sanção disciplinar, refletindo mero ato discricionário da autoridade competente;
- (E) resulta de atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho de cargo ou função, ou mesmo fora dele, quando comprometedoras da dignidade e do decoro da função pública.

30

As certidões de débito dos processos judiciais devem:

- (A) ser registradas, em ordem sequencial, no livro próprio existente em cada serventia, e encaminhadas via protocolo geral, arquivando-se a respectiva cópia em pasta própria;
- (B) considerar que os débitos referentes à multa penal seguirão o mesmo trâmite daqueles relativos às custas e à taxa judiciária;
- (C) ser conferidas pelo Juiz de Direito, sendo de sua responsabilidade o respectivo conteúdo e o zelo pela observância dos requisitos formais;
- (D) informar, de forma global, os débitos referentes aos Fundos específicos e ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça;
- (E) ser emitidas com base nas informações cadastradas na respectiva serventia.

Grupo III - Conhecimentos Específicos

Direito Administrativo

31

O Estado do Rio de Janeiro, observadas as formalidades legais, firmou ato de permissão de uso de bem público com particular, para exploração de uma lanchonete em hospital estadual. No mês seguinte, o Estado alegou que iria ampliar as instalações físicas do hospital e revogou a permissão de uso. Passados alguns dias, comprovou-se que o Estado não realizou nem nunca teve a real intenção de realizar as obras de expansão. Em razão disso, o particular pretende invalidar judicialmente o ato administrativo que revogou a permissão, a fim de viabilizar seu retorno às atividades na lanchonete. Nesse contexto, é correto afirmar que a pretensão do particular está baseada:

- (A) na teoria da exceção do contrato não cumprido, porque o Estado não poderia rescindir a permissão de uso na vigência do contrato, exceto por ordem judicial e com a prévia indenização ao particular;
- (B) no princípio da continuidade dos serviços públicos, porque independentemente da veracidade dos motivos fáticos que ensejaram a extinção da permissão, o particular tem direito público subjetivo de utilizar a lanchonete no prazo acordado;
- (C) na natureza jurídica da permissão de uso, que é um ato bilateral e vinculado, devendo ser respeitado o prazo contratual da permissão de uso, que só pode ser extinta com prévia e justa indenização;
- (D) na natureza jurídica da permissão de uso, que é um ato bilateral e vinculado, devendo ser respeitado o prazo contratual da permissão de uso, que só pode ser extinta por motivo de interesse público;
- (E) na teoria dos motivos determinantes, porque, apesar de a permissão de uso ser ato discricionário e precário, o Estado está vinculado à veracidade do motivo fático que utilizou para revogar a permissão de uso.

32

Autoridade competente declarou de utilidade pública, por meio de decreto, determinada faixa de terras de imóveis particulares, a fim de viabilizar a instalação de um empreendimento que executará serviços públicos utilizando gasodutos. Após acordo entre os proprietários dos imóveis situados na rota do gasoduto e o Poder Público, com indenização em valor equivalente ao prejuízo que os particulares irão suportar, houve a regular implantação dos gasodutos nas áreas privadas. O caso em tela descreve a forma de intervenção do Estado na propriedade caracterizada como direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo. Trata-se de:

- (A) requisição;
- (B) ocupação temporária;
- (C) limitação administrativa;
- (D) servidão administrativa;
- (E) desapropriação.

33

Prefeito municipal decidiu extinguir contrato de concessão de serviço público de abastecimento de água potável, a fim de retomar a prestação direta de tal serviço, por motivo de interesse público, durante o prazo da concessão. Para tal, obteve na Câmara Municipal a aprovação de lei autorizativa específica e procedeu ao prévio pagamento de indenização à concessionária. De acordo com a Lei nº 8.987/95, o prefeito se valeu da seguinte forma de extinção do contrato de concessão:

- (A) caducidade;
- (B) encampação;
- (C) rescisão;
- (D) anulação;
- (E) revisão.

34

No primeiro mês em que assumiu o cargo de Prefeito municipal, Joaquim constatou um verdadeiro caos na merenda das escolas municipais em razão da falta de alimentos. Assim, com dispensa de licitação, providenciou a compra de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizada diretamente com base no preço do dia. Com base na Lei nº 8.666/93, a conduta de Joaquim está:

- (A) errada, porque a urgência no caso em tela ensejaria inexigibilidade de licitação;
- (B) errada, porque a urgência no caso em tela teria o condão de permitir a troca da modalidade adequada de licitação (a depender do valor do contrato) pela carta convite, que é mais célere;
- (C) errada, porque o princípio da continuidade do serviço público exige o planejamento para as contas públicas, não sendo possível a dispensa de licitação no caso em tela;
- (D) correta, porque existe expressa previsão legal autorizando a dispensa de licitação no caso em tela;
- (E) correta, porque independentemente da urgência, a compra de gêneros alimentícios do tipo perecíveis pode ocorrer sempre com dispensa de licitação, observado o preço de mercado.

35

Roberto é servidor público ocupante de cargo efetivo do Estado do Rio de Janeiro, desde 1995. Neste ano de 2014, Roberto sofreu um acidente em serviço e terá que se aposentar por invalidez permanente. De acordo com a disciplina legal que rege a matéria, a aposentadoria será:

- (A) proporcional apenas ao seu tempo de contribuição;
- (B) proporcional apenas ao seu tempo de serviço;
- (C) integral e observada a paridade em relação aos ativos;
- (D) proporcional ao seu tempo de contribuição e a sua idade;
- (E) proporcional ao seu tempo de serviço e a sua idade.

Direito Constitucional

36

Determinado Estado editou lei prorrogando certo contrato de concessão de serviço público, o que terminou por burlar a exigência constitucional de prévia licitação. Em situações como essa, é possível afirmar que o Supremo Tribunal Federal:

- (A) não realiza o controle concentrado de constitucionalidade, já que o ato de efeitos concretos não tem natureza normativa;
- (B) realiza o controle concentrado de constitucionalidade, já que a lei é um ato de aplicação primária da Constituição, ainda que tenha efeitos concretos;
- (C) não realiza o controle concentrado de constitucionalidade, pois somente os atos que possuam os atributos da imperatividade, da generalidade e da abstração estão sujeitos a ele;
- (D) realiza o controle concentrado de constitucionalidade, já que todo e qualquer ato estatal, administrativo ou normativo, deve ser avaliado sob essa ótica;
- (E) não realiza o controle concentrado de constitucionalidade, pois a ofensa à Constituição, consistente na burla à exigência de prévia licitação, seria meramente reflexa.

37

Determinado Estado, com o objetivo de zelar pela infância e pela juventude, bem como por inexistir lei federal que trate da matéria, decide editar lei disciplinando a data de vencimento das mensalidades escolares, dispondo que estas deveriam ser estabelecidas entre o dia 5 e o dia 10 de cada mês. Com isso, haveria tempo hábil para que os responsáveis recebessem seus salários, o que costuma ocorrer na referida época do mês, e efetuassem o respectivo pagamento. É correto afirmar que essa lei estadual é:

- (A) inconstitucional, pois a data de vencimento das mensalidades escolares é matéria afeta ao direito civil, de competência privativa da União;
- (B) constitucional, pois os Estados têm competência concorrente com a União para legislar sobre proteção à infância e à juventude;
- (C) inconstitucional, pois a data de vencimento das mensalidades escolares deve observar as peculiaridades locais, indicativo de que a competência legislativa é dos Municípios;
- (D) constitucional, pois é competência comum de todos os entes da Federação proporcionar os meios de acesso à educação e à cultura;
- (E) inconstitucional, pois a data de vencimento das mensalidades escolares não é matéria afeta à lei, submetendo-se, portanto, à livre vontade dos contratantes.

38

Pedro, após anos de estudo e reflexão, decidiu ingressar na carreira pública, mais especificamente em um cargo cujo regime jurídico lhe oferecia diversos benefícios funcionais. Submeteu-se ao respectivo concurso público, foi aprovado e tomou posse no cargo. Ocorre que, após 1 (um) ano, a legislação foi alterada e os benefícios do respectivo regime jurídico, sensivelmente reduzidos, isso sem que houvesse redução dos seus vencimentos. Pedro não foi ouvido e não lhe foi assegurado qualquer direito de opção. À luz desse quadro, é correto afirmar que a alteração promovida na legislação é:

- (A) constitucional, pois somente os servidores estáveis têm direito adquirido ao regime jurídico;
- (B) inconstitucional, já que violados os princípios do contraditório e da ampla defesa;
- (C) constitucional, pois não se pode falar em direito adquirido a regime jurídico;
- (D) inconstitucional, já que violado o ato jurídico perfeito, decorrente da posse no cargo público e da correlata incidência do respectivo regime jurídico;
- (E) constitucional, pois o ato jurídico perfeito, acarretando a imutabilidade do regime jurídico, somente se aperfeiçoa após 3 (três) anos de efetivo exercício funcional.

39

Erik, nascido em Gana, resolveu transferir o seu domicílio para o território brasileiro, aqui permanecendo, com conduta ilibada e plena aquiescência do Estado brasileiro, por dezenove anos ininterruptos. No dia imediato à integralização desse período, formulou pedido para que lhe fosse concedida a nacionalidade brasileira e, ato contínuo, pretendeu praticar ato privativo de brasileiro. À luz desse quadro, é possível afirmar que Erik:

- (A) não pode praticar ato privativo de brasileiro, pois nascido no estrangeiro;
- (B) pode praticar ato privativo de brasileiro, desde que haja reciprocidade de tratamento por parte de Gana, devidamente formalizada em acordo bilateral;
- (C) não pode praticar ato privativo de brasileiro, pois não comprovada a existência de decisão decretando a perda de sua nacionalidade de origem;
- (D) pode praticar ato privativo de brasileiro, pois o ato de reconhecimento da nacionalidade brasileira é meramente declaratório, retroagindo à data do requerimento;
- (E) não pode praticar ato privativo de brasileiro, pois o Estado brasileiro é soberano para atribuir, ou não, essa nacionalidade aos estrangeiros residentes em seu território.

40

Certa lei estadual previu que a admissibilidade de recurso, em processo administrativo, no qual se discuta a prática de ilícito tributário, estava condicionada ao depósito prévio do valor que se entendia devido pelo contribuinte. Com isso, buscava-se evitar que o exaurimento da instância administrativa fosse utilizado como subterfúgio para impedir o cumprimento da obrigação tributária. À luz desse quadro, é correto afirmar que a lei estadual é:

- (A) inconstitucional, pois é competência privativa da União legislar sobre direito tributário;
- (B) constitucional, já que os Estados têm competência concorrente com a União para legislar sobre direito tributário;
- (C) inconstitucional, pois é competência privativa da União legislar sobre direito tributário, bem como por violar a presunção de inocência;
- (D) constitucional, pois os Estados, observados os balizamentos estabelecidos pelo Sistema Tributário Nacional, têm competência para regular o processo administrativo local;
- (E) inconstitucional, pois a exigência de depósito prévio, para a admissibilidade de recurso administrativo, ofende a garantia da ampla defesa.

Direito Processual Civil

41

Uma sentença estrangeira, versando sobre bem imóvel situado no Brasil:

- (A) pode ser executada no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça;
- (B) pode ser executada no Brasil, se for homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;
- (C) pode ser executada no Brasil, se não houver outra demanda versando sobre o mesmo imóvel em curso no Brasil;
- (D) não pode ser homologada, se não tiver sido proferida por órgão do Poder Judiciário no país de origem;
- (E) não pode ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

42

De acordo com a jurisprudência prevalente no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, pode ser penhorado o único bem imóvel pertencente ao:

- (A) executado, ainda que alugado para terceiro não integrante do processo;
- (B) executado, ainda que resida sozinho e não tenha família;
- (C) executado insolvente, ainda que adquirido de má-fé para transferir a residência familiar de outro imóvel menos valioso;
- (D) fiador do executado, mesmo que não tenha participado do processo executivo;
- (E) executado, ainda que suntuoso e avaliado em mais de 300 salários-mínimos.

43

A responsabilidade das partes por danos processuais é, em regra:

- (A) objetiva, mas admite exceções, como no caso de ato atentatório ao exercício da jurisdição;
- (B) subjetiva, mas admite exceções, como no caso de perda da eficácia de uma medida cautelar;
- (C) subjetiva, mas admite exceções, como no caso de litigância de má-fé;
- (D) objetiva, mas admite exceções, como no caso do réu que não alegar, na primeira oportunidade em que lhe caiba falar nos autos, questões preliminares;
- (E) subjetiva, mas admite exceções, como no caso de perda de um prazo peremptório.

44

Lais Bastos propôs uma ação de despejo cumulada com cobrança de aluguéis atrasados. Logo após a citação, o réu desocupa voluntariamente o imóvel, entregando as chaves para Lais Bastos. Certificada nos autos a entrega das chaves, o juiz imediatamente extingue o processo, sem resolução do mérito. Nesse caso, a decisão está:

- (A) correta, pois o pedido principal perdeu o objeto;
- (B) correta, pois o pedido de cobrança dos aluguéis atrasados pode ser formulado em demanda autônoma;
- (C) errada, pois deveria ter extinto apenas o pedido de despejo, sem resolução do mérito, por perda do objeto;
- (D) errada, pois deveria ter extinto apenas o pedido de despejo, sem resolução do mérito, por perda do interesse de agir;
- (E) errada, pois deveria ter extinto apenas o pedido de despejo, com resolução do mérito, por reconhecimento da procedência do pedido.

45

A concessão de efeito suspensivo aos embargos do executado retrata um provimento:

- (A) de natureza satisfativa, voltado a proteger o direito subjetivo alegado pelo embargante;
- (B) de natureza inibitória, voltado a afastar uma conduta ilícita e potencialmente lesiva por parte do embargado;
- (C) de natureza cautelar, voltado a proteger o resultado útil do processo;
- (D) de natureza dialética, voltado a proteger o efetivo exercício do contraditório;
- (E) de natureza cognitiva, voltado a promover o acertamento jurídico da questão deduzida em juízo.

46

Lucio Melo ajuizou ação de reparação pelos danos materiais e imateriais sofridos em razão de um acidente automobilístico, pelo rito sumário, em face de Ana Marques. Na audiência de conciliação, instrução e julgamento, Ana Marques ofereceu resposta oral, limitando-se a refutar a ocorrência dos danos imateriais. Nesse caso, Lucio Melo pode requerer:

- (A) a decretação da revelia de Ana Marques que, citada há mais de dois meses, ainda não havia oferecido resposta à demanda;
- (B) o deferimento da tutela antecipada por incontrovérsia parcial do pedido, em relação à reparação pelos danos imateriais sofridos;
- (C) o julgamento antecipado da lide, caso a discussão sobre a reparação pelos danos imateriais seja exclusivamente de direito;
- (D) a abertura de vista dos autos, para oferecimento de réplica, no prazo de 10 dias;
- (E) a aplicação da pena de confissão a Ana Marques, relativa à alegação de que ela teria causado os danos materiais requeridos na exordial.

47

A decisão colegiada do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que, por maioria, acolhendo um incidente de uniformização da jurisprudência, aplica a lei federal de maneira diferente de como ela vem sendo aplicada por outros tribunais, desafia:

- (A) embargos de declaração, para suprir eventuais omissões no julgado;
- (B) embargos de divergência no STJ, para uniformização da jurisprudência a ser seguida pelos tribunais;
- (C) recurso especial por dissídio jurisprudencial, por violação da orientação acolhida em outros tribunais;
- (D) embargos infringentes, por se tratar de acórdão não unânime;
- (E) recurso especial, por violação da lei federal.

48

Marco Simões está apresentando um show de rock numa casa de espetáculos, na madrugada de sábado para domingo. Quando sai do palco, é citado pelo Executor de Mandados. Tal citação é válida se:

- (A) for autorizada pelo juiz, em caráter excepcional;
- (B) for assinada por duas testemunhas presentes ao ato;
- (C) não for impugnada por Marco Simões, na primeira oportunidade em que falar nos autos;
- (D) for requerida pelo autor, em caráter excepcional;
- (E) Marco Simões comparecer e apresentar defesa nos autos.

49

Manoel Vaz tem uma nota promissória que lhe atribui um crédito de R\$50.000,00, a ser pago por Ruy Macedo, no início do ano que vem. Manoel Vaz fica sabendo que Ruy Macedo está atualmente dilapidando seu patrimônio, de modo a tornar-se insolvente e frustrar o adimplemento da obrigação retratada no citado título de crédito. Nessa hipótese, visando a proteção imediata de seu crédito, Manoel Vaz pode:

- (A) aguardar o vencimento da obrigação retratada no título, para protestá-lo;
- (B) ajuizar ação de protesto;
- (C) ajuizar ação de obrigação de não fazer;
- (D) ajuizar ação de sequestro;
- (E) ajuizar ação de arresto.

50

Paula Moura propôs ação possessória perante um dos juízos cíveis da Comarca de Volta Redonda. O juiz, ao receber a demanda, por entender que era territorialmente incompetente para processar e julgar a causa, porque o imóvel se situava em Resende, declinou a competência da causa para a Comarca de Resende. Irresignada com a decisão declinatória, Paula Moura interpõe agravo de instrumento ao Tribunal de Justiça, alegando que a incompetência territorial não pode ser alegada de ofício. O recurso, entretanto, foi julgado improcedente. Nessa situação, o processo deve ser encaminhado para um dos juízos cíveis da Comarca de Resende que:

- (A) pode dar andamento ao feito, mesmo que entenda ser incompetente para processar e julgar a causa;
- (B) pode instaurar conflito negativo de competência, se entender ser incompetente para processar e julgar a causa;
- (C) pode declinar a competência para outro juízo que não seja em Volta Redonda, se entender ser incompetente para processar e julgar a causa;
- (D) pode declinar a competência para Volta Redonda, se entender ser incompetente para processar e julgar a causa;
- (E) pode declinar a competência para Volta Redonda, se o réu oferecer exceção de incompetência territorial.

51

Paulo Silas ajuizou ação para compelir o seu plano de saúde a fornecer um remédio para tratamento de um câncer. Nessa situação, o juiz poderá, independentemente do requerimento de Paulo Silas:

- (A) converter a obrigação específica em perdas e danos, que terá natureza satisfativa, em razão da busca pela efetividade do processo;
- (B) fixar um preceito cominatório periódico, que terá natureza coercitiva, para promover a tutela específica ou a obtenção de um resultado prático equivalente;
- (C) aplicar uma medida de apoio, que terá natureza coercitiva, para converter a tutela específica em perdas e danos;
- (D) substituir o remédio requerido por outro tratamento, que terá natureza satisfativa, em razão da busca pela efetividade do processo;
- (E) determinar a prisão do representante legal do plano de saúde, que terá natureza satisfativa, em razão da busca pela efetividade do processo.

52

Se o réu for condenado, por sentença, a pagar ao autor o valor de R\$10.000,00 a título de compensação pelos danos imateriais provocados, terá 15 dias para:

- (A) pagar o valor, sob pena de multa no percentual de 10%, contados da publicação da sentença no Diário Oficial;
- (B) pagar o valor, sob pena de multa no percentual de 10%, contados do seu trânsito em julgado;
- (C) pagar o valor, sob pena de multa no percentual de 10%, contados da intimação de seu advogado constituído nos autos;
- (D) impugnar a execução, contados da juntada aos autos do comprovante da intimação feita pessoalmente;
- (E) impugnar a execução, contados da intimação de seu advogado constituído nos autos.

53

A respeito dos poderes do juiz na execução, é correto afirmar que o juiz pode:

- (A) indeferir de plano uma defesa se o embargado alegá-la sem apresentar memória de cálculo;
- (B) determinar a adjudicação dos bens penhorados em favor do exequente, se estes forem de difícil alienação;
- (C) determinar a realização de um arresto executivo quando verificar que o executado está dilapidando seus bens;
- (D) converter uma obrigação de fazer em obrigação de pagar quando esta lhe parecer mais proveitosa;
- (E) aplicar de ofício multa diária quando quiser compelir o executado a pagar quantia certa.

54

Vitor Santos ajuizou ação de investigação de paternidade em face de Julio Lima, alegando que este é seu pai. Ao término da fase probatória da instrução, restou cabalmente demonstrado que Julio Lima não é pai de Vitor Santos. Nessa situação, o juiz deve proferir sentença encerrando o procedimento:

- (A) sem resolução do mérito, por ilegitimidade passiva;
- (B) sem resolução do mérito, por ilegitimidade ativa;
- (C) sem resolução do mérito, por ilegitimidade em ambos os polos do processo;
- (D) com resolução do mérito, por improcedência do pedido;
- (E) com resolução do mérito, por perda do objeto.

55

Carlos Frota propôs uma ação de cobrança em face de Luana Dias. Em sua contestação, Luana Dias alega e comprova que já pagou o valor que está sendo cobrado por Carlos Frota. Nessa hipótese, incumbe:

- (A) ao autor demonstrar o pagamento efetuado;
- (B) à ré produzir prova testemunhal sobre a existência da dívida;
- (C) à ré demonstrar que os documentos apresentados pelo autor são originais;
- (D) ao autor demonstrar que o pagamento não foi válido;
- (E) à ré demonstrar a inexistência da dívida.

Direito Processual Penal**56**

Durante Plenário do Tribunal do Júri, nos debates orais, o Promotor de Justiça requereu ao juiz a leitura de reportagem jornalística publicada no dia do julgamento tratando dos fatos que estavam sendo julgados. A defesa manifestou-se contrariamente. Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar que o juiz-presidente deve:

- (A) deferir o pedido, pois o promotor só teve acesso ao documento no dia do julgamento;
- (B) indeferir o pedido, pois os documentos devem ser juntados aos autos com antecedência de 03 (três) dias úteis ao julgamento;
- (C) deferir o pedido, pois o princípio da busca da verdade real permite que a acusação produza todas as provas a que tiver acesso, desde que lícitas;
- (D) indeferir o pedido, pois a reportagem jornalística, em hipótese alguma, poderá ser considerada meio de prova;
- (E) indeferir o pedido, pois todos os documentos devem ser juntados aos autos até o dia anterior ao julgamento em Plenário.

57

Foi instaurado inquérito policial para investigar a prática de um crime de homicídio que teve como vítima Ana. Apesar de Wagner, seu marido, ter sido indiciado, não foi reunida justa causa suficiente para oferecimento da denúncia, razão pela qual foi o procedimento arquivado na forma prevista em lei. Três meses após o arquivamento, a mãe de Ana descobriu que a filha havia deixado uma mensagem de voz no celular uma hora antes do crime, afirmando que temia por sua integridade física, pois estava sozinha com seu marido em casa e prestes a contar que teria uma relação extraconjugal. Diante desses fatos, de acordo com a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- (A) nada poderá ser feito, tendo em vista que o arquivamento do inquérito policial fez coisa julgada material;
- (B) poderá ser oferecida denúncia, apesar de o inquérito não poder ser desarquivado em virtude da coisa julgada material que fez seu arquivamento;
- (C) caberá desarquivamento do inquérito policial pela autoridade competente diante do surgimento de provas novas;
- (D) nada poderá ser feito, pois a gravação de voz existia antes do arquivamento do inquérito, logo não pode ser incluída no conceito de prova nova;
- (E) poderá a autoridade policial realizar o desarquivamento a qualquer momento, assim como pode por ato próprio determinar o arquivamento do inquérito.

58

A Constituição da República e o Código de Processo Penal prevêem regras e princípios para solucionar conflitos no tema “a lei no tempo”. À lei puramente processual penal aplicam-se os seguintes princípios:

- (A) da irretroatividade da lei prejudicial ao réu e da retroatividade da lei benéfica;
- (B) da aplicação imediata e do *tempus regit actum* (tempo rege o ato);
- (C) da inalterabilidade e da ultratividade da lei benéfica;
- (D) da ultratividade e da retroatividade da lei benéfica ao réu;
- (E) da retroatividade da lei prejudicial e da ultratividade da lei benéfica.

59

Apesar de a jurisdição ser una e indivisível, a competência traz critérios legais para definir previamente a margem de atuação de cada magistrado. Sobre esse tema, o Código de Processo Penal dispõe que:

- (A) a conexão importará em unidade de processos e julgamento no concurso entre jurisdição comum e militar;
- (B) quando a prova de uma infração influir na prova de outra infração, a competência será determinada pela continência;
- (C) não sendo conhecido o local da infração, a competência será determinada pelo domicílio ou residência do ofendido;
- (D) a teoria adotada para definição da competência territorial é a da Atividade, ou seja, relevante será o local da ação/omissão;
- (E) nos casos de ação privada, o querelante poderá preferir o foro do domicílio do réu, ainda que conhecido o local da infração.

60

Um magistrado de primeiro grau que exerce sua jurisdição junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro passava suas férias em Salvador, na Bahia, quando, durante um evento festivo, acabou por entrar em confronto corporal com outro indivíduo, vindo a causar a morte deste dolosamente. Será competente para julgar o magistrado pelo homicídio doloso praticado:

- (A) o Tribunal do Júri de Salvador;
- (B) o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;
- (C) o Superior Tribunal de Justiça;
- (D) o Tribunal do Júri do Rio de Janeiro;
- (E) o Tribunal de Justiça da Bahia.

61

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Paulo pela prática do delito de homicídio qualificado pelo motivo torpe, sendo o acusado impronunciado pelo magistrado ao final da primeira fase do procedimento bifásico do júri. A via adequada para o combate de tal decisão é:

- (A) recurso em sentido estrito;
- (B) agravo;
- (C) pedido de reconsideração;
- (D) apelação;
- (E) embargos infringentes.

62

A prisão em flagrante de qualquer pessoa deverá ser comunicada imediatamente ao juiz competente. Recebida a comunicação, o juiz poderá adotar a seguinte medida:

- (A) relaxar a prisão em flagrante por entender que não estão presentes os fundamentos e requisitos da prisão preventiva;
- (B) converter a prisão em flagrante em preventiva, ainda que suficiente a aplicação de medida cautelar diversa;
- (C) conceder liberdade provisória, com ou sem fiança;
- (D) revogar a prisão em flagrante que seja ilegal;
- (E) determinar a manutenção da prisão em flagrante pelo prazo de 30 dias.

63

O juiz, ao proferir sentença condenatória, fará nela constar, EXCETO:

- (A) as circunstâncias agravantes ou atenuantes definidas no Código Penal por ele reconhecidas;
- (B) os nomes das partes ou, quando não for possível, as indicações necessárias para identificá-las;
- (C) o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido e pedido prévio;
- (D) a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão;
- (E) o direito ou não de o acusado apelar em liberdade, condicionando, se for o caso, o conhecimento da apelação à prisão.

64

A comunicação processual poderá ser efetuada por meio de diferentes atos a depender de sua finalidade. Um desses atos é a citação. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a citação válida é causa interruptiva da prescrição penal;
- (B) estando o réu fora do território da jurisdição do juiz processante, caberá sua citação através do correio eletrônico;
- (C) o mandado de citação deverá conter necessariamente o nome completo do réu, bem como sua completa qualificação;
- (D) o réu com endereço certo no estrangeiro será citado por carta precatória;
- (E) não é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia.

65

Parte da doutrina afirma que a transação penal mitigou o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública. Sobre este instituto previsto na Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que:

- (A) não há vedação expressa à concessão do benefício ao autor condenado anteriormente exclusivamente à pena de multa;
- (B) será aplicada diretamente pelo magistrado, independentemente de proposta prévia do Ministério Público;
- (C) não poderá ser oferecido se o agente houver sido beneficiado por outra transação penal nos 07 (sete) anos anteriores;
- (D) será irrecorrível a sentença do magistrado que aplica a transação penal aceita pelo autor do fato;
- (E) não gerará reincidência nem maus antecedentes, em que pese produza efeitos civis.

66

As ações penais públicas podem estar sujeitas a uma específica condição da ação conhecida como representação da vítima. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- (A) a representação necessita ser ofertada perante o magistrado;
- (B) a representação ofertada pela vítima vincula o Ministério Público, que terá que oferecer a denúncia;
- (C) a representação não pode ser ofertada oralmente;
- (D) o prazo para exercício do direito de representação é de 03 meses contados da descoberta da autoria do crime;
- (E) o direito de representação poderá ser exercido por procurador com poderes especiais.

67

O Código de Processo Penal prevê que o procedimento poderá ser comum ou especial. Sobre o procedimento comum ordinário, é correto afirmar que:

- (A) o magistrado que recebeu a denúncia, ainda que não tenha realizado a audiência, deverá proferir a sentença, tendo em vista o princípio da identidade física do juiz;
- (B) poderão ser arroladas pelas partes 08 (oito) testemunhas, incluindo nesse número as referidas e as que não prestam compromisso;
- (C) a não apresentação de resposta à acusação pelo advogado do réu gera a decretação da revelia e preclusão para apresentação do rol de testemunhas;
- (D) o acusado preso será requisitado para realização de seu interrogatório, o mesmo não ocorrendo quando da oitiva das testemunhas;
- (E) no caso de registro de audiência por meio audiovisual, será encaminhado às partes cópia do registro original, sem necessidade de transcrição.

68

No procedimento relativo ao Tribunal do Júri, após a organização da pauta, será realizado o sorteio dos jurados que atuarão na reunião periódica. Sobre esse sorteio, é correto afirmar que:

- (A) o Ministério Público, como fiscal da lei, deverá ser intimado para acompanhá-lo, o mesmo não se podendo dizer da Defensoria ou da Ordem dos Advogados do Brasil;
- (B) o não comparecimento das partes intimadas gera adiamento da audiência do sorteio dos jurados;
- (C) os jurados sorteados serão convocados pelo correio ou por qualquer outro meio hábil para comparecer no dia e hora designado para reunião;
- (D) será realizado com as portas fechadas, tendo por base o princípio do sigilo das votações;
- (E) será afixado na porta do Tribunal do Júri a relação dos jurados sorteados, sendo desnecessária, porém, a indicação do nome dos acusados e do dia e local das sessões.

69

A Lei nº 9.099/95 traz um procedimento simplificado a ser aplicado no âmbito dos Juizados Especiais Criminais. Diante disso, algumas peculiaridades são previstas neste diploma legal. Sobre o procedimento sumaríssimo do JECRIM, é correto afirmar que:

- (A) a competência será determinada pelo local em que a infração for praticada e não pelo lugar da consumação;
- (B) da decisão de rejeição da denúncia caberá recurso em sentido estrito;
- (C) da decisão que homologa a composição de danos entre autor do fato e vítima caberá recurso de apelação;
- (D) a sentença poderá dispensar o relatório e o dispositivo, mas não a fundamentação;
- (E) cabe citação por edital no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.

70

Brenda, empregada doméstica, foi presa em flagrante pela prática de um crime de furto qualificado contra Joana, sua empregadora. O magistrado, após requerimento do Ministério Público, converteu a prisão em flagrante em preventiva. Nessa hipótese, de acordo com o Código de Processo Penal, o prazo para conclusão do inquérito policial será de:

- (A) 05 (cinco) dias;
- (B) 10 (dez) dias;
- (C) 15 (quinze) dias, improrrogáveis;
- (D) 15 (quinze) dias, prorrogáveis por decisão judicial;
- (E) 30 (trinta) dias.

Discursivas

1

Paula da Silva propôs uma demanda, pelo rito ordinário, para revisão de um contrato de compra e venda de imóvel em face da Casa Fácil Ltda. Após a contestação, Paula da Silva sentiu a necessidade de obter documentos referentes à causa que estão em poder do corretor João Gueiros, que não é parte do processo. Responda (máximo de 20 linhas):

- (a) O que Paula da Silva pode fazer, sem ajuizar nova demanda, para conhecer o conteúdo dos mencionados documentos em poder de João Gueiros? (20 pontos).
- (b) Tal medida tem natureza cautelar ou satisfativa? (10 pontos).
- (c) Se a medida pleiteada por Paula da Silva for integralmente acolhida, cabe recurso? Que espécie de recurso? (10 pontos).
- (d) Mantendo-se a decisão, que tipo de diligência deverá ser realizada pelo Executor de Mandados se João Gueiros se recusar, sem justo motivo, a cumprir a ordem expedida? (10 pontos).

2

No dia 13 de novembro de 2014, Eduardo, Matheus e Francisco, unidos em ações e designios, praticaram um crime de roubo na cidade de Niterói. Dirigiram-se, então, a São Gonçalo, onde praticaram dois furtos qualificados, fato este presenciado por policiais militares, que conseguiram deter apenas Eduardo, com os demais agentes empreendendo fuga. A prisão em flagrante de Eduardo foi devidamente convertida em preventiva. O Ministério Público apresentou denúncia, perante o Juízo competente, pela prática em conexão dos crimes dos artigos 157, §2º, inciso II (pena: 04 a 10 anos de reclusão, aumentada de 1/3 a 1/2 e multa); e 155, §4º, inciso IV – 2 vezes - (pena: 02 a 08 anos de reclusão e multa), todos do Código Penal. Recebida a denúncia, determinou o magistrado que fossem os réus citados para apresentação de resposta à acusação, designando, desde já, data para audiência. Compareceu o Executor de Mandados no dia 24 de novembro aos endereços indicados nos autos como sendo os de Matheus e Francisco e, como os denunciados não foram encontrados naquela oportunidade, certificou que estavam em local incerto e não sabido. Diante disso, foi realizada a citação destes dois réus por edital. Passado o prazo fixado no edital publicado sem comparecimento dos denunciados ou constituição de advogado, o juiz suspendeu o processo e o curso do prazo prescricional em relação a estes dois acusados, inclusive determinando a produção antecipada de provas. Dois meses após esta decisão, o processo voltou a correr normalmente em face de Matheus, pois foi descoberto que desde o dia 16 de novembro de 2014 ele estava preso no Estado do Rio de Janeiro pela prática de novo crime de roubo. Por sua vez, o acusado Eduardo foi requisitado para o dia da audiência designada, somente sendo citado, porém, no início deste ato da instrução, com apresentação de resposta à acusação oral pela Defensoria. Em alegações finais, a Defensoria Pública alegou a nulidade absoluta da citação de Eduardo, pois realizada no dia de seu interrogatório. Sobre essa situação hipotética, responda (máximo 20 linhas):

- (a) Qual o juízo territorialmente competente para julgar os crimes praticados em conexão pelos réus? Justifique a resposta (10 pontos).
- (b) Quais as principais espécies de citação previstas no Código de Processo Penal? Justifique a resposta (10 pontos).
- (c) Os atos citatórios de Matheus, Francisco e Eduardo foram válidos? Justifique a resposta (30 pontos).

Realização

